

COMISSÃO DE TURISMO E DESPORTO

PROJETO DE LEI Nº 3.637, DE 2008

Altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, para permitir a concessão de visto a estrangeiro portador de documento de viagem emitido por governo não reconhecido pelo Brasil.

Autor: Deputado MOREIRA MENDES

Relator: Deputado CARLOS EDUARDO CADOCA

I – RELATÓRIO

De autoria do nobre Deputado Moreira Mendes, a proposta aqui analisada acrescenta art. 15–A à Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980. Pelo texto, “o visto de turista previsto no art. 9º e o visto temporário a que se refere o inciso II do art. 13 desta Lei, poderão ser concedidos ao estrangeiro portador de documento de viagem emitido por governo não reconhecido pelo Governo brasileiro ou não válido para o Brasil”.

Há, ainda, na proposição, parágrafo único que diz que “a concessão do visto prevista no *caput* não implica o reconhecimento tácito pelo Governo brasileiro da autoridade emissora do documento de viagem”.

O Projeto de Lei nº 3.637, de 2008 foi distribuído inicialmente, às comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Em 24 de agosto de 2009 o Presidente Michel Temer deferiu requerimento que apresentamos e alterou o despacho inicial, para incluir a Comissão de Turismo e Desporto.

No prazo regimental não foram apresentadas emendas nesta Comissão. Coube-nos a relatoria.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

De acordo com o Deputado Moreira Mendes, a política brasileira de concessão de vistos prejudica as nossas relações com outros países e também a economia nacional. Concordamos com essa tese.

Um exemplo de tal política é o fato de o Brasil não conceder visto, nem mesmo temporário, a cidadãos de países com os quais não possui relações diplomáticas. Casos de Taiwan e da República Centro Africana. Para tais nacionais autoriza-se a entrada por meio do *laissez-passer*, documento precário e de validade reduzida, que tem dificultado a vinda de turistas e consequentemente, atrapalhado novos negócios em nosso país.

Parece se temer que tal concessão implique o reconhecimento daqueles governos. Com base nesse raciocínio, cabe a pergunta: como poderia então, o Brasil manter relações comerciais com esses países? Parece ser um caso de dois pesos e duas medidas.

A força do intercâmbio comercial entre o Brasil e Taiwan mostra que nesse segmento não há receio governamental. Segundo o MDIC/SECEX¹, em 2009 foram exportados US\$ 960 milhões e importados US\$ 2,413 bilhões. Certamente os negócios bilaterais serão forte e positivamente impactados, a partir do momento em que deixarmos de tratar os taiwaneses como cidadãos de segunda classe – não merecedores de um visto no passaporte.

No que tange aos impactos sobre o turismo, foco deste Colegiado, a política do Poder Executivo dificulta a vinda dos taiwaneses e a realização de novos negócios. Reciprocamente, o tratamento dado aos brasileiros que vão àquele país tem impedido o nosso avanço naquele promissor mercado.

¹ Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

É fato que quem nos visita e é bem tratado retorna ao seu país com a disposição de voltar, além de despertar nos seus compatriotas, o interesse de conhecer ou até investir no Brasil.

Entendemos, com base no exposto, que é necessário eliminar tal entrave. Portanto, somos pela **APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 3.637, DE 2008** na forma do **SUBSTITUTIVO**, que visa resguardar à diplomacia brasileira, o direito de não reconhecer o outro governo, simplesmente ao se conceder visto de turista ou temporário aos seus nacionais, a exemplo do que ocorre entre Taiwan e os Estados Unidos da América.

Sala da Comissão, em de de 2010.

Deputado CARLOS EDUARDO CADOCA
Relator

COMISSÃO DE TURISMO E DESPORTO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.637, DE 2008

Altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, para permitir a concessão de visto a estrangeiro portador de documento de viagem emitido por governo não reconhecido pelo Brasil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei n.º 6.815, de 19 de agosto de 1980, passa a vigorar acrescido do seguinte artigo:

“Art. 15-A O visto de turista previsto no art. 9º e o visto temporário a que se refere o inciso II do art. 13 desta Lei poderão ser concedidos ao estrangeiro portador de documento de viagem emitido por governo não reconhecido pelo Governo brasileiro, podendo-se anotar abaixo do correspondente carimbo, a observação de que o Brasil não reconhece tacitamente, tal governo.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2010.

Deputado CARLOS EDUARDO CADOCA
Relator